

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/2021

*Altera a Resolução nº 06, de 21 de julho de 2018
(Regimento Interno da Câmara de Itaúna MG) e
dá outras providências*

Faço saber que a Câmara Municipal de Itaúna aprovou e eu, Alexandre Magno Martoni Debique Campos, Presidente, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam acrescidos, ao Artigo 171 da Resolução nº 06, de 21 de julho de 2018, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna, os incisos IV, V e VI e os §§ 3º e 4º, com as seguintes redações:

“Art. 171 – (...)

(...)

IV - licença-maternidade de até 120 dias corridos a contar a partir do parto ou a qualquer momento da gestação desde que a pedido da vereadora gestante;

V - licença paternidade de 7 dias corridos em caso de adoção ou nascimento de filhos vivos;

VI - afastamento de 7 dias corridos, aos pais, para casos de filhos natimortos.

(...)

§ 3º - A licença-maternidade em caso de filhos adotivos segue o dispositivo da Lei Federal lei nº 10.421, de 2002.”

§ 4º - A vereadora que solicitar a licença maternidade poderá retornar da licença a qualquer tempo, através de requerimento de comunicação a Presidência.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2021.

Kaio Augusto H. A. Guimarães
Vereador

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

O presente projeto tem por objetivo sanar a inexistência de regras referente a licença de edis em caso de gestação, licença paternidade e licença em caso de nascimentos de filhos natimortos.

De proêmio, importante mencionar que o Regimento Interno é a resolução que regulamenta o funcionamento político e administrativo da Câmara. Em outras palavras, é o instrumento delineador das atribuições dos órgãos do Poder Legislativo. Assim, através do Regimento Interno são definidas regras referentes a temas como sessões legislativas, posse de vereadores, eleição da Mesa Diretora, conduta dos vereadores, reuniões de Plenário, trabalhos das comissões, tramitação de proposições, e etc.

Em suma, O Regimento Interno contempla as funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas da Câmara Municipal.

Nesse sentido, o presente projeto celebra preceitos constitucionais, quais sejam, o direito a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (art. 7º, inciso XVIII da CF/88) e o direito a licença-paternidade, nos termos fixados em lei (art. 7º, inciso XIX da CF).

A licença maternidade é um direito constitucional assegurado a todas as mulheres, e por se tratar de um direito constitucional possuem aplicabilidade imediata por força do §1º do art. 5º da Constituição Federal. Ademais, além da previsão constitucional, a CLT, no artigo Art. 392, garante a empregada gestante o direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

O objetivo é assegurar que a mulher tenha direito de permanecer afastada pelo período de 120 dias para dar assistência à criança após o seu nascimento.

Ainda vale ressaltar que o pós-parto é reconhecido por especialistas como o período de maior vulnerabilidade na vida da mulher para o aparecimento de transtornos psiquiátricos. Como a saúde da mãe é essencial para o bem-estar do bebê, é fundamental que ela tenha toda a assistência da qual necessita durante esse período.

Portanto é necessário que o direito constitucional a licença maternidade e a licença paternidade que tratam o projeto sejam estendidas aos representantes do Poder Legislativo itaunense enquanto estes estiverem ocupando seu cargo eletivo.

Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres colegas desta Câmara de Vereadores.

Itaúna, 29 de abril de 2021.

Kaio Augusto H. A. Guimarães
Vereador

Requerimento Regime de urgência

De: Kaio A. H. Guimarães
Vereador – Câmara Municipal de Itaúna - MG

Para: Exmo.Sr. Alexandre Magno Martoni Debique Campos
DD. Presidente da Câmara Municipal de Itaúna - MG

Exmo. Sr. Presidente,

O Vereador abaixo assinado, com fulcro no artigo 113 do Regimento Interno, solicita que o presente Projeto de Resolução que “*Altera a Resolução 06, de 21 de junho de 2018, acrescentando ao artigo 171 os incisos IV, V e VI e os §§3º e 4º*”, trâmite em regime de urgência em virtude da matéria ser de relevante e inadiável interesse municipal.

Itaúna, Minas Gerais, 29 de abril de 2021.

Kaio Augusto H. A. Guimarães
Vereador

Apoio:

Alexandre Magno M. D. Campos
Vereador

Silvano Gomes Pinheiro
Vereador

Edênia Alcântara
Vereadora

Ana Carolina de Faria
Vereadora

Antônio de Miranda Silva
Vereador

Antônio José de Faria
Vereador

Aristides R. Carvalho Jr
Vereador

Ener Batista
Vereador

Fares José Neto
Vereador

Gustavo Dornas Barbosa
Vereador

Gleison Fernandes
Vereador

Joselito Gonçalves
Vereador

Lacimar Cezario da Silva
Vereador

Leonardo Alves
Vereador

Márcia Cristina S. Santos
Vereador

Nesvalcir G. Silva Júnior
Vereador